

08 JAN 1988

O reatamento da renegociação

Linda Ext

Os banqueiros credores do Brasil terão a satisfação de continuar a negociar com o mesmo presidente do Banco Central brasileiro, embora a renegociação possa tomar rumo diferente, uma vez que o novo ministro da Fazenda informou que tenciona conduzi-la de modo pragmático e profissional. Aliás, não quer isto dizer que o governo brasileiro tenha mudado radicalmente sua posição, mas, apenas, que se convenceu de que seria extremamente difícil chegar a um acordo se prescindisse do concurso do FMI. Mas nem por isso se deve supor que os desembolsos do organismo internacional estarão vinculados à execução do acordo com os bancos credores.

Em entrevista à imprensa, o ex-ministro da Fazenda, sr. Luiz Carlos Bresser Pereira, revelou que, antes de sua saída do Ministério, havia-se decidido que, se os bancos credores não concordassem em discutir o acordo à luz das condições enunciadas pelo Brasil, este romperia oficialmente com o comitê de assessoramento bancário e, por telex, comunicaria as regras segundo as quais iria efetuar o pagamento de sua dívida, empreendendo em seguida a negociação com cada banco em separado. Os grandes estabelecimentos teriam

de negociar em Brasília e, os pequenos, num escritório do Banco Central que seria instalado em Nova York. Não se sabe se nosso governo insistirá nessa fórmula, concebida pelo ex-ministro Bresser Pereira, mas, pelo menos, os credores sabem agora que tal solução foi alvitada.

O sr. Maílson da Nóbrega certamente não tenciona avançar por esse caminho. Inclina-se pela negociação e, com seu critério pragmático, tentará abrir uma nova trilha. A propósito, convém lembrar que a anterior equipe ministerial, desde setembro do ano passado, estava disposta a reiniciar as conversações com o FMI. A seu pedido, o diretor-gerente desse organismo, sr. Camdessus, enviou ao País uma missão exploratória. Antes, porém, de encetar oficialmente as conversações com o FMI, o governo queria certificar-se de que os bancos não iriam exigir o estabelecimento de vínculo entre umas e outras negociações.

O novo ministro da Fazenda, ciente da necessidade de entendimento prévio com o FMI, parece disposto a enfrentar simultaneamente a negociação com os bancos e a negociação com o organismo internacional, para mostrar que o Brasil não teme as exigências deste último. O

sr. Maílson da Nóbrega compreende, sem dúvida, que, sem recorrer ao FMI, o País já entrou numa certa estagnação que irá alastrar-se e agravar-se se não ocorrerem novos fluxos de capitais. No momento, o clima internacional é favorável à renegociação de nossa dívida, como o indica o fato de se haver admitido oficialmente uma solução diferenciada para a do México, ainda que não pareça extensível ao Brasil e sua conveniência suscite dúvidas. O fato novo consiste em que alguns bancos credores se mostram propensos a aceitar o princípio do deságio. Talvez interesse à maioria dos bancos encontrar soluções menos onerosas. O Brasil não deve desperdiçar essa oportunidade.

Como o governo brasileiro mostra agora boa vontade (como o fez o México) no tocante a entrar em negociações com o FMI e, além disso, está reconsiderando suas exigências no que diz respeito à conversão de parte da dívida em capital de risco (fórmula mais atraente que a redução de 50% do valor da carteira dos bancos credores), entrevê-se a possibilidade de uma profunda e ampla renegociação da dívida com os bancos. Nestas condições, as exigências formuladas pela antiga equipe de negociadores terão maior chance de ser aceitas;

entre elas, a autorização para, em certos casos, realizar operações de securitização, que, como no caso do México, podem interessar a bancos regionais desejosos de desvencilhar-se do "risco Brasil".

É nesse sentido que se deve interpretar a palavra *pragmatismo*, empregada pelo sr. Maílson da Nóbrega ao referir-se à negociação. O ministro da Fazenda não terá agora de arranjar uma fórmula compatível com a doutrina do PMDB. Aliás, tem uma dívida para com o sr. Luiz Carlos Bresser Pereira, que tratou de convencer seu próprio partido da necessidade de um entendimento com o FMI e que só adiou esse passo para agradar a seus correligionários peemedebistas.

Ao considerar as novas perspectivas de renegociação, que estavam esbarrando num entrave "ideológico", damos conta de que a missão do sr. Fernando Milliet não será fácil. A renegociação será morosa e árdua, mas o Brasil ainda tem chance de mostrar que tem consciência de que, para chegar a um acordo, precisa tomar providências muito mais drásticas a fim de reduzir o déficit público — sem estar, todavia, condenado a mergulhar na recessão.

ESTADO DE SAO PAULO